

Exmo. Senhor
Eng. Carlos Matias Ramos
Bastonário da Ordem dos Engenheiros
Av. António Augusto Aguiar, n.º 3 D
1069-030 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

Lisboa,

000112 12-04-02

Assunto: *Reconhecimento de Graus Académicos*

Para conhecimento e devidos efeitos, junto envio a V.ª Ex.ª cópia do n/ofício n.º 111, de 02-04-2012, remetido nesta data, pelo Senhor Presidente do CRUP, ao Senhor Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), sobre Reconhecimento de graus académicos pela autoridade Brasileira.

Com os melhores cumprimentos, /s/ *João's*


João Melo Borges
Secretário do CRUP

Exmo. Senhor
Prof. Doutor João Luiz Martins
Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de
Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)
Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco K
Edifício Denasa, nº 30, 8º andar
CEP 70398.900 BRASILIA – DF
BRASIL

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência

Data

Lisboa,

000111 12-04-02

Assunto: *Reconhecimento de Graus Académicos*

As universidades portuguesas encontram-se empenhadas em aprofundar os seus laços de cooperação com as instituições de ensino superior brasileiro e, desde há vários anos, que o número de colaborações luso-brasileiras de âmbito científico e académico tem vindo a crescer de uma forma sustentada. Esta cooperação, geralmente concretizada através de acordos bilaterais ou da participação das nossas instituições em projectos mais alargados, como é o caso do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) e do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), surgiram naturalmente no contexto das relações de amizade e comunhão que unem historicamente os nossos países e que as universidades portuguesas têm todo o interesse em aprofundar.

Neste contexto de diálogo e colaboração, as universidades portuguesas têm demonstrado um forte empenho na aplicação dos mecanismos previstos no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre o Brasil e Portugal, nomeadamente, no sentido de agilizar o reconhecimento de graus académicos emitidos pelas instituições de ensino superior brasileiras. Esta agilização encontra-se, aliás, consubstanciada no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro, que regulamenta o reconhecimento dos graus estrangeiros e que garante que os mesmos sejam reconhecidos normalmente no espaço de um mês.

Porém, a mesma celeridade não parece concretizar-se em algumas universidades brasileiras e o CRUP tem recebido diversos contactos de diplomados de universidades portuguesas que, tentando obter o reconhecimento da sua formação académica para posterior prosseguimento de estudos ou para exercício de actividade profissional, se têm deparado com diversas dificuldades de ordem burocrática e administrativa.

As dificuldades relatadas estão especialmente relacionadas com dois tipos de factores:


- por um lado, verifica-se uma substancial e incompreensível demora na análise dos pedidos de reconhecimento de graus académicos solicitados por diplomados de universidades portuguesas;
- por outro, após ultrapassado esse largo período de espera por parte dos requerentes, estes são confrontados regularmente com o não reconhecimento da totalidade da sua formação e com a exigência de conclusão de unidades curriculares nas universidades brasileiras.

Como V. Exa., certamente compreenderá, as dificuldades interpostas ao reconhecimento académico colocam sérios entraves à mobilidade profissional entre os diferentes países e regiões económicas, seguindo em caminho contrário aos esforços de aproximação entre as economias de um mercado globalizado e, sobretudo, às diligências dos nossos dois países nesse sentido.

Deste modo, e considerando que em Portugal esta matéria já se encontra regulamentada por lei e que as universidades portuguesas não têm colocado dificuldades ao reconhecimento da formação superior dos diplomados em universidades brasileiras que, por essa via, têm acesso a todo o mercado laboral da União Europeia, consideramos revelar-se oportuno ponderar a criação de mecanismos para que os requerimentos dos diplomados das universidades portuguesas possam merecer idêntica atenção e a mesma celeridade por parte das universidades brasileiras.

Por tudo o que antecede, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas gostaria de aferir da disponibilidade de V. Exa., no sentido de serem considerados os procedimentos necessários e adequados para se encontrar uma solução conjunta que possa resolver as dificuldades aqui relatadas, nomeadamente, em conformidade com o previsto no artigo 42.º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de Abril de 2000, e garantir assim um grau de reciprocidade mais equilibrado relativamente ao reconhecimento de graus académicos.

Com os melhores cumprimentos,



António Rendas
Presidente do CRUP